

IntenCidade: pista para um trabalho psi

IntenCity: clue to a psy work

Willian Mella Giroto; Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO:

A partir da análise de práticas da psicologia no Brasil, o presente artigo busca problematizar os modos de subjetivar e experienciar o território na cidade. Com o procedimento de acontecimentalização proposto por Michel Foucault, mapeamos algumas linhas que incidem na produção da experiência com o território no percurso de constituir-se a cidade moderna, o que inclui a análise dos modos de subjetivar e das políticas de Estado, de governo, públicas. A partir deste estudo problematizamos a noção de intenCidade como um conceito intercessor para analisar as políticas e as intervenções em psicologia que potencializem as composições de uma experiência cidadina coletiva e pública.

Palavras-chave: políticas públicas; psicologia; cidade.

ABSTRACT:

From the analysis of psychology practice in Brazil, this article seeks to discuss the ways of subjectivizing and experiencing the territory within the city. With the method of "eventalization" proposed by Michel Foucault, we mapped some lines that influence the production of the experience with the territory on the course of building the modern city, which includes ways of subjectify and the analysis of state policies, government, public. From this study we discuss the notion of intenCidade as an intercessor concept to analyze policies and interventions in psychology that enhance the compositions of a collective and public experience of the city.

Key-words: Public policy; psycology; city.

Introdução

Entre experiências que permanecem na experimentação de nosso pensamento, ao analisarmos as relações do trabalho da psicologia com as políticas de assistência social numa cidade, ressoa o trajeto de uma usuária. Andrea vivencia diversas mudanças em sua vida no transcorrer dos dois anos que está sendo acompanhada pela equipe de um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) na cidade de Porto Alegre. Deixou um companheiro, conseguiu a guarda de seus sobrinhos, foi morar em outro bairro da cidade. Embora

tenha se mudado, por questões de vínculo, seguiu em atendimento no CREAS do antigo bairro, ainda que essa equipe não consiga articular-se aos demais serviços da rede no território no qual a usuária passou a morar. Ela trabalha em um bairro diferente daquele em que mora e considera mais fácil acessar este CREAS do que aquele ao qual deveria estar referenciada. Ao narrarmos esse encontro, uma questão emerge: de que território essa cidadã é? Como seus movimentos na cidade compõem um modo de afirmar territórios com seu modo de viver?

Entre noções de geografia e de uma vida que percorre trajetórias em uma cidade, discutimos como o conceito *território* constitui o fazer da psicologia em tempos de práticas produzidas nas relações com as políticas públicas. Segundo Haesbaert (2005), construir a noção de território envolve considerar as relações políticas, econômicas e culturais que produzem a experiência de territorialidade, envolvendo o modo como as pessoas se organizam no espaço e dão significado a esta forma de viver num determinado lugar. “Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados” (HAESBAERT, 2005: 6776).

Neste sentido, ao discutirmos as relações entre as políticas públicas, a noção de território e os fazeres da psicologia, retomamos alguns dos princípios que orientaram a organização das políticas públicas brasileiras. Inicialmente, destacamos a política de saúde, campo de extrema relação com as práticas em psicologia e que orienta a formação profissional conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais¹ (2004; 2011). O Sistema Único de Saúde - SUS (BRASIL, 1990a) é orientado pelos princípios da universalidade, equidade, integralidade e descentralização, sendo que a organização territorial constitui um elemento transversal para operar esta política. Este modo de pensar a política pública foi se constituindo como referência para compor os demais sistemas, como a política de assistência social (BRASIL, 2004) e a política da infância e adolescência (BRASIL, 1990b), entre outras, que se relacionam com a ampliação da garantia de direitos ao cidadão brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Bezerra e Barcellos (2006) apontam uma forte relação entre as diretrizes estratégicas do Sistema Único de Saúde e a definição do território. Para os autores, a organização deste Sistema ocorre a partir de uma base territorial, que envolve um determinado modo de operar esta política ao distribuir serviços de saúde e estabelecer a lógica de delimitação de áreas de abrangência que sejam coerentes com os níveis de complexidade das ações de atenção à população usuária nas

diferentes zonas de uma cidade. O município passa a ser um ator central neste processo, que visa a descentralização das ações de atenção, gestão, formação e controle social em saúde. Assim, assumir a noção de território como um dos operadores desta política coloca em questão a interação destes procedimentos com uma determinada população e um modo de vida.

Nesta perspectiva, Pereira (2010) analisa o processo de configuração do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2004), inspirado no modelo do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1990a). A utilização da noção de território está em um dos pontos centrais da sua construção, destacando, entre os princípios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (BRASIL, 1993), a necessidade de assegurar a acessibilidade ao atendimento com vistas à proteção social e ao exercício da cidadania. A autora destaca, também, a presença da dinâmica de (re)produção e de acumulação capitalista nesta articulação da política da assistência social com a dimensão espacial. Pereira (2010) afirma que encontramos nos espaços, a partir de investimentos estatais em políticas públicas, as marcas contraditórias de disputas entre as classes, o que acaba incidindo sobre o ordenamento espacial e constituindo a noção de território. Esses espaços, então, ganham novos significados, como resultado da transitoriedade do conceito de noção territorial.

Colaborando nesta reflexão, Bezerra e Barcelos (2006) destacam que o território resulta também de uma acumulação de situações históricas, ambientais, sociais, que promovem condições particulares para conhecer a população e seus problemas de saúde. Nesta perspectiva, os autores apontam para a noção de multiterritorialidade, conforme Haesbaert (2004), para pensar a territorialidade do setor saúde como um gestor de serviços, que busca a atenção, promoção e prevenção, em intersecção com outras territorialidades locais, o que é fruto de um conjunto de fatores que influenciam a qualidade dos serviços de saúde oferecidos. Desse modo, Haesbaert (2005) destaca que a noção de território está imersa em relações alicerçadas num movimento que percorre desde a dominação político-econômica até a apropriação cultural-simbólica de como a sociedade é composta ao longo do tempo na relação com o espaço. Para o autor, esta experiência territorial pode ser chamada de multiterritorialidade e territórios-rede, o que implica o reconhecimento da importância estratégica do espaço e do território para a dinâmica transformadora da sociedade.

Neste movimento podemos situar também a produção de um processo de subjetivação nas relações dos sujeitos com este conjunto de elementos heterogêneos que demarcam a vida (des)territorializada na cidade. Esta concepção vai ao encontro da análise de Deleuze e Guattari

(1997) para pensar a territorialidade existencial. Para os autores, o território marca uma distância crítica que não é uma medida, mas um ritmo que reagrupa forças e reorganiza funções de um conjunto de elementos heterogêneos, constituindo um lugar de passagem de afetação do vivido, enunciando, assim, uma estética de existência.

Portanto, a presença do procedimento políticas de governo territorial como operador das políticas públicas não ocorre ao acaso, e sim como um exercício de relações de poder e subjetivação que posicionam os usuários no uso e governo destas políticas. Para tal análise, é necessária a distinção proposta por Barros e Pimentel (2012) entre política de Estado, política de governo e política pública. Para as autoras, as políticas de Estado constituem-se “por meio de ações estruturantes nas quais os governantes que se alternam no poder devem garantir que tal política seja efetivada, devendo seguir e cumprir determinadas linhas, programas e projetos” (BARROS e PIMENTEL, 2012: 7). Diferentemente dessa institucionalização, as políticas de governo são descontínuas e articuladas em função de conjunturas, isto é, exercidas a partir de um projeto de forças políticas que assumem o aparelho estatal. Por fim, as políticas efetivamente públicas se configurariam com o movimento de garantir a expressão dos interesses dos coletivos na execução das políticas de Estado e de governo.

Desse modo, as políticas públicas remetem às forças presentes no coletivo, que não se restringe ao Estado e governantes, na construção de um modo de governar pautado na gestão do comum e na multiplicidade composta por diferenças. Foucault (1979) nos traz o conceito de governamentalidade para analisar este exercício de poder que envolve um conjunto de técnicas e um conjunto de saberes que permite definir, a cada instante, o que compete ou não ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal. O Estado, na acepção de Foucault (1995), resulta da elaboração, racionalização e centralização das relações de poder na forma e sob a caução de suas instituições. Sendo assim, o público não é sinônimo de Estado, e isso nos coloca o desafio de acompanhar o modo como acontece o exercício destas relações e as práticas que operam estas políticas.

Construindo um intercessor conceitual: ethos da intenCidade

Nossas reflexões apontam para a importância de considerarmos como a noção de território constitui um procedimento que opera o exercício de poder no funcionamento dessas

políticas e, portanto, orienta também as linhas de atuação de equipes nas quais a psicologia compõe práticas com a cidade. O exercício inicial deste estudo revisitou a prática de um psicólogo com a política de assistência social que nos convocou a percorrer a cidade com usuários e usuárias para andar lado a lado com o movimento que as práticas com as políticas produzem. Então, já não se tratava somente da política de Assistência Social, mas também da Política de Saúde, de Educação, a da Habitação, de Segurança, entre outras. Este movimento nos levou a pensar como o fazer cotidiano de psicólogas e psicólogos, o trabalho psi, pode ser tramado numa perspectiva de reconhecimento dos modos de vivenciar a cidade. A problematização a respeito da noção de território possibilita a análise da experiência no encontro das práticas da psicologia com os/as usuários/as de políticas públicas no exercício da cidade.

O procedimento analítico de acontecimentalização, proposto por Foucault (2003), torna possível pensar as práticas da psicologia no jogo de forças que dá visibilidade aos modos de viver a cidade na singularidade do acontecimento. Com isso, desnaturalizamos a relação entre o saber psi e as diferentes formas de compor a política - de Estado, de governo, e pública -, e analisamos os processos múltiplos que constituem a experiência com a cidade. Para tal tarefa, problematizamos algumas dessas linhas que compõem os modos de vivenciar a cidade, evidenciando as políticas e os modos de subjetivar em diferentes configurações históricas. Nesse sentido, também buscamos a referência de Foucault (2004a) para problematizar os processos de subjetivação, ou seja, construir uma analítica da maneira pela qual a experiência de si mesmo, percorrida pelo sujeito na interseção com os territórios da cidade, passa a constituir um jogo de verdade consigo a respeito das posições ocupadas nas relações com as políticas de Estado, de governo e públicas.

Ao problematizarmos algumas linhas das transformações territoriais da cidade discutimos os processos de subjetivação, pois a experiência territorial, conforme Haesbaert (2004; 2005), é constituída num movimento que enuncia uma relação político-econômica e cultural-simbólica com um caráter cada vez mais multiterritorial. Nesse sentido, afirmamos a proposta de Baptista e Rodrigues (2010), que tomam a articulação entre espaço e subjetividade através de uma tessitura co-constitutiva, que potencializa a intersecção, uma vez que é no *entre* que se produzem modos de experienciar a cidade e modos de subjetivar.

Costa, Mizoguchi e Fonseca (2004:178) destacam que o “corpo da cidade surge em conjunto com o corpo do cidadão”, e discutem a trama de relações entre o estatuto espacial

estabelecido e as possibilidades de novos devires-cidade. Os autores, ao cartografar os movimentos de resistência na cidade contemporânea, indicam no título do respectivo artigo uma pista que inspira nossa reflexão: “Corpoartecidade:(inten)cidades dos corpos urbanos”. Nossa experiência afirma a intensidade da experiência territorial como um intercessor conceitual a ser considerado nas intervenções em psicologia nos diferentes movimentos que convocam o/a psicólogo/a a ocupar territorialidades nas tramas das políticas que instituem uma cidade com o Estado, com o governo, com o público e conosco. Com a proposição de um *ethos* da intenCidade buscamos operar um movimento nas políticas que se forjam na cidade, a fim de potencializar o exercício de uma política pública através das práticas da psicologia.

A partir de Foucault (2005), essa noção de intenCidades enquanto um *ethos* pode ser pensada como “um modo de relação que concerne à atualidade: uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira de agir e de se conduzir, que tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa.” (FOUCAULT, 2005: 341-342). Esse *ethos* está associado a uma permanente crítica do presente, a qual pode ser entendida como uma arte que emerge paralelamente à arte de governar durante o século XVII (FOUCAULT, 2005), consistindo na análise não só dos limites, mas também de suas transposições possíveis, escapando das dualidades, tais como dentro-fora, capital-interior, centro-periferia, cidade-campo, cidade pequena-cidade grande, entre outras. Para desenvolver essa análise, prosseguimos com as linhas que abordam diferentes modos de compor a territorialidade e expressar as intensidades dos modos de viver a cidade.

Territorialidades compondo modos citadinos e modos de subjetivar

Limitar a liberdade e ter os indivíduos em espaços de maior vigilância, como a fábrica, a escola, a casa, os bairros e as zonas da cidade, constituiu um funcionamento que se mantém a partir de relações de poder conectadas ao dispositivo disciplinar², que, segundo Foucault (1987), produziu meios de enclausuramento e de vigilância de si que passaram a controlar os corpos e normatizar os modos de ser. Estes arranjos, dos quais os saberes passam também a fazer parte, constituem uma tecnologia para assegurar os efeitos do poder por todo o corpo social, até mesmo em suas menores partículas (FOUCAULT, 1979). Assim, associada ao princípio da visibilidade-vigilância que evidencia toda uma tecnologia do poder, encontramos uma organização do espaço direcionada ao alcance de objetivos econômico-políticos, cuja arquitetura específica articula seu

funcionamento aos problemas da população, da saúde e do urbanismo, constituindo modos de subjetivação e de composição dos saberes psi.

Guatarri (1992) afirma que o objeto urbano apresenta uma complexidade que exige uma abordagem com metodologias apropriadas, convocando a transdisciplinaridade entre urbanistas, arquitetos, e todas as outras disciplinas das ciências sociais, das ciências humanas, ciências ecológicas, entre outras. O autor destaca que a posição do arquiteto e do urbanista é extrema e apaixonante, pois são atravessados pelos campos de saber dessas disciplinas que ampliam suas responsabilidades estéticas, éticas e políticas. Neste percurso de nossa reflexão caberia indagar como a arquitetura da cidade considera a experiência vivida pelos seus cidadãos e cidadãs, ou ainda, quem seria o arquiteto dessa experiência vivida nesta cidade? Conforme Nogueira (2009:79), a análise da vida social urbana envolve uma discussão sobre diferentes aspectos, entre eles a “coletividade, sobre política, sobre identidade e a dimensão da alteridade, sobre diferença, e desigualdade, sobre os antagonismos e as formas de negociação que foram construídas, e as que não foram – a partir do trabalho, no espaço”. Considerando estas reflexões buscamos, a partir do presente, alguns fragmentos de como a cidade evidencia a experiência de uma territorialidade que produz modos de vida moderna, dialogando com sentidos produzidos na cidade antiga e medieval.

Entre planos, projetos e plantas, estão as formas de uma cidade ideal. Se são os arquitetos e urbanistas que projetam a cidade, são os habitantes desta que a habitam e (re)definem seus usos. “São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano” (JACQUES, 2006: 120). Infundáveis formatos que a cidade poderia ter tomado, se não tivesse se transformado no que é. O que acontece com o planejamento ao passar pela experiência? As modificações – reformas, ampliações, crescimento – vão se tecendo, indicando que uma cidade nunca permanece igual, nem parada no tempo.

Entre as medidas de seu espaço e os fatos do passado, engendram-se marcas e símbolos no espaço da cidade. A cidade no tempo, com suas mudanças e modificações, não conta seu passado, mas o contém “escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras...” (CALVINO, 1990: 14-15). As cidades modificam-se com o tempo, seus atores entram e saem de cena, sendo que ao percebermos esses processos

atentamos para a produção de modos de existência que esses movimentos produzem e como são acolhidos na experiência territorial com e na cidade.

A arte de politizar como linhas de uma arquitetura da cidade e de si apontam para uma composição territorial do espaço e da existência para afirmar um modo de governar. Entre rupturas e continuidades, vemos a cidade deixar de ser parceira nas artes de si, como eram as cidades gregas, que apresentavam uma determinada geometria nos espaços para potencializar a acústica e permitir a propagação de vozes - uma arquitetura que afirmava a possibilidade do exercício da democracia, do teatro, da filosofia. “Na pólis exercitavam a amizade, a coragem e o desejo atentos às regras dos deuses e homens. Politizar era um fazer-se” (BAPTISTA, 2012: 188). Conforme Nogueira (2009), a *polis* grega tinha em seu fundamento a criação do espaço público e da convivência democrática como forma política e possibilidade de tratar das diferenças. A autora indaga como este fundamento na cidade de nossos dias perde sua relevância, considerando a intensificação das práticas de segregação e as formas capitalistas de produção de nossas condições de existência.

Le Goff (1998) afirma que a cidade moderna aproxima-se mais da cidade medieval do que da antiga. A cidade da Idade Média mantém o centro esquadrinhador de onde saem estruturas reticuladas, com uma geometria bilateral do corpo humano, buscando dar a ver a imponência do império ao mesmo tempo em que se expande, ainda que se configure em um espaço fechado delineado pela muralha (COSTA, MIZOGUCHI, FONSECA, 2004). Nesse período, emergem as funções essenciais da cidade como a troca, a informação, a vida cultural e o poder: “é uma sociedade abundante concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio alimentados por uma economia monetária” (LE GOFF, 1998: 25).

No entanto, na Idade Média, a cidade não exerceu o domínio que se esperava enquanto centro de poder, já que este ficava à parte, situado nos castelos e palácios. Juntamente com uma preocupação de ordem militar, buscando uma boa defesa com muralhas de pedras, o príncipe possuía uma preocupação de ordem estético-ideológica. Ele buscava delinear uma imagem simbólica para a cidade, ficando a incumbência de atrair pessoas para aquele lugar, concedendo privilégios econômicos aos especialistas que poderiam vir a compor a cidade. Na Antiguidade Tardia e na Alta Idade Média, era o bispo quem dispunha do poder, riquezas e prestígio. Com o movimento comunal, o poder é arrancado do Senhor e consagrado aos burgueses. O movimento

de aspiração à liberdade econômica por parte dos artesões e dos mercadores potencializou a tomada do poder. Outorgada pelo Senhor, a comuna, uma carta de liberdades e privilégios, acarretaria uma mudança no estatuto jurídico dos feudos para comunas. Podemos situar nesse período a mudança da família ampliada para a nuclear (LE GOFF, 1998).

Rodrigues e Baptista (2010) indicam que com as modificações realizadas pelo Barão de Haussmann na cidade de Paris na era Napoleônica, houve um processo de alargamento das avenidas, e isso, somado às novas tecnologias de transporte, busca incitar o movimento e a fluidez, produzindo uma nova forma de transitar na cidade. Conforme os autores, essas modificações dizem respeito a um modelo ideal que aparece naquilo que se constituirá como cidade, considerando a circulação e a organização territorial. Essas mudanças na esfera físico-espacial foram se articulando também às configurações de outros modos de existência associados ao processo de individualização intensificado na Modernidade. Esse movimento já havia sido iniciado pela política de subjetivação do cristianismo, que afirma a soberania do eu individualizado e privado, face à potência das forças que produzem as relações da vida. Por outro lado, o fenômeno das multidões emerge com a derrubada das cidades medievais, no século XVIII, intensificando as experiências de anonimato e individualidade (RODRIGUES e BAPTISTA, 2010).

Ao se configurar como uma ciência do indivíduo, produzida na cisão entre interior e exterior, a psicologia é destinada a ocupar o espaço da intimidade e do privado com os mais diversos procedimentos de rigor, objetividade e neutralidade que pautaram o projeto científico moderno. Ao adentrar o estudo do psíquico interiorizado, configurando-se como uma ciência do homem se produzindo nos debates entre a natureza e a cultura, o consciente e o inconsciente, o objetivo e o subjetivo, o indivíduo e a sociedade, a psicologia não teve a cidade como objeto de estudo, sendo essa destinada a outros saberes. Podemos analisar essa ideia a partir da lógica de saber e poder que marca o exercício disciplinar que ganha força como tecnologia política no século XVIII.

Foucault (1979) destaca a diferenciação na lógica de organização do espaço, no final do século XVIII, como um dos mecanismos para articular as demandas da população e da vida urbana com os objetivos econômico-políticos. O autor analisa como passa a ser necessário fazer circular os efeitos do poder por canais cada vez mais sutis, chegando até os próprios indivíduos, seus corpos, cada um de seus desempenhos cotidianos. Foucault (1979) refere-se à importância

dos estudos de Philippe Ariès a respeito de como a casa passa de um espaço indiferenciado para tornar-se funcional. Ariès (1981) identifica, na passagem da família medieval à família moderna, a reorganização da casa e de mudança dos costumes que evidenciam um espaço maior para a intimidade, retraindo a sociabilidade constituída no convívio com as demais relações na cidade. Esse movimento seria mais rápido na burguesia do que nas classes populares, pois respondia aos objetivos econômico-políticos que produziam um modo de vida familiar que viria a ser disseminado como modelo de vida. A cidade perturba a casa, reduto de uma interioridade, lugar de onde a alma burguesa não deveria sair.

A inspiração iluminista fez com que o homem servisse de modelo para a tortuosidade das avenidas das cidades, inspirando os fluxos e movimentos tal qual os existentes nas veias e artérias do corpo humano, bem como os “esgotos prolongando o percurso das vísceras humanas” (CALVINO, 1990: 103), ou seja, uma concepção de cidade associada ao organismo e à semelhança do corpo humano composto por células, órgãos, sistemas, fluxos. Os fluxos da cidade saltam aos olhos: de pessoas, de meios de transporte, de sons, ruídos, de imagens, de capital. Diferentemente do camponês que raramente comprava, o dinheiro atravessa a vida do cidadão. Nessa direção, Le Goff (1998: 124) aponta que urbanidade vem do latim *urbs*, polidez da *polis* grega, o que associa a cidade a um lugar de civilização, em contraponto ao campo, lugar da rusticidade. O campo aparece como sede do bárbaro e do grosseiro, em oposição ao homem da cidade, sendo que a cidade, ao se erguer, impõe uma relação de domínio ao campo que a circunda, indicando o modo como era demarcado o território em seu domínio político e modo de constituir as relações com seus moradores. Enquanto centros monetários e financeiros, as capitais afirmam ainda o centro de poder político.

Durante a Idade Média, as atividades mercantis vão se instalando no coração da cidade, de modo que o artesanato, na condição de atividade laboral, prescinde da matéria-prima oriunda de fora da cidade, e provoca transformações nesse espaço (LE GOFF, 1998). Surgem as feiras e os mercados como oportunidades de troca e oportunidades de modernização. Desvalorizado durante a Alta Idade Média por seu caráter agrícola, o trabalho passa a ser valorizado com a urbanização, já que com a cidade é possível observar os resultados criadores e produtivos, o que garante uma de suas funções históricas fundamentais: a troca. “Todos esses curtidores, ferreiros, padeiros... são pessoas que produzem coisas úteis, boas e, às vezes, belas, e tudo isso se faz pelo trabalho, à vista de todo mundo. Inversamente, a ociosidade é depreciada: o preguiçoso não tem

lugar na cidade” (LE GOFF, 1998: 49). Da prática laboriosa e criadora do trabalho emerge um novo sistema de valores atravessado pelo negócio e pelo dinheiro.

Entre a valorização e a condenação pela lente do trabalho, os miseráveis, desempregados e vagabundos são mal vistos por serem forças de resistência a essa lógica dominante. O desemprego, sinônimo de doença, necessita ser erradicado. Para dar conta de pobres e doentes, aparecem os *hotel-dieus*, espaços de aprisionamento e exclusão (LE GOFF, 1998). As ordens mendicantes instalam-se às margens da cidade, como forma de visibilizar o modo de viver nesse espaço; além disso, desenvolve-se um ideal do que a cidade deveria ser lugar de paz, justiça e segurança. A casa, o espaço em que se encontra a família, convoca uma demanda por segurança e engendra um dispositivo de proteção do espaço em grades, cofres, chaves. Há, ainda, as prisões, que tentam circunscrever o perigo(so) em um espaço. Desse modo, “a segurança é, sobretudo, uma obsessão urbana, muito consciente e muito viva” (LE GOFF, 1998: 72). Para dar conta disso, há a polícia, que precisa promover a prevenção e informações acerca dos ataques, desde a Idade Média, com os bandos (grupos não políticos) que saqueavam as cidades, até os tempos atuais. Mizoguchi (2009: 64), a partir de uma leitura foucaultiana, afirma que a força policial foi inventada no século XVIII não só para manter a lei e a ordem, mas também para assegurar a manutenção da higiene, da saúde e dos padrões urbanos, o que era necessário para a expansão do artesanato e do comércio. A sujeira, sinal de fertilidade no campo, passa a ser combatida com a proliferação dos regulamentos de higiene e urbanismo.

Se as torres da cidade da Idade Média buscavam se aproximar de Deus, a partir do século XX, esse movimento em direção ao alto se mantém buscando afirmar a força do homem, com as grandes construções de prédios e edifícios. Nas chaminés das fábricas é expelido o preço do progresso (BAPTISTA, 1999, p. 80). A ocupação do subterrâneo inicia-se na cidade medieval com as descobertas de jazidas de gesso, o lugar das adegas. Com o desenrolar da urbanização, o subsolo é ocupado de outra forma: redes de esgoto, de eletricidade, de telecomunicações, os metrô subterrâneos. Diferentes redes servindo de passagem e sustentáculo aos diferentes aspectos que compõem a cidade, estendendo suas fronteiras para cima e para baixo, não só para os lados. Cidades que passam a ser cidades grandes, que, por sua vez, contrastam com as cidades pequenas, onde a vigilância de uns sobre os outros pode ser exercida com mais facilidade, como lembra Zanella (2013). Falando sobre uma pequena cidade, a autora enuncia que “todos se

conheciam e ao mesmo tempo se desconheciam, as confianças e desconfianças marcavam as relações que soavam como harmonias de consonâncias abundantes” (ZANELLA, 2013: 28).

A política espacial contemporânea aprimora as antigas intervenções higienistas, tendo em vista que não mais se busca esquadrihar loucos, enfermos e infratores como forma de garantir o acesso à cidade aos bons cidadãos, mas sim se enobrecem algumas áreas, tirando a visibilidade das demais (MIZOGUCHI, 2009). Este autor afirma que a estratégia de capitalização de algumas áreas cumpre o papel dos isolamentos e coações sanitaristas. Nesse sentido, a cidade contemporânea transforma-se em uma cidade policêntrica (LE GOFF, 1999: 148), de modo que os centros secundários se organizam a partir de algum investimento econômico em algum ponto da cidade, tais como shoppings, aeroportos, estações de metrô, entre outros. Sendo assim, precisamos atentar para os diferentes movimentos que se produzem na cidade por entre centro-bairros-subúrbios. Isso tendo em vista que o centro, outrora denominado “a” cidade”, tornou-se histórico, não mais dando conta das atividades econômicas locais, podendo nos convocar ao que resiste aos avanços do capital, que, por sua vez, podem querer tomá-lo com o objetivo de revitalização. Esses projetos, por sua vez, buscam atrair investimentos financeiros para esses espaços, tornando-os turisticamente atrativos e frequentáveis para determinados segmentos da população, tidos como cidadãos de bem, retirando da rua *personas non-gratas*, como pessoas em situação de rua, profissionais do sexo, usuários de drogas, entre outros.

Para visualizar esse movimento podemos recorrer à cidade de Olinda, visitada por Marco Polo, que cresce em círculos concêntricos, aumentando sua circunferência. Os novos bairros constroem-se ao redor dos antigos, mantendo algum dos traços destes, ao mesmo tempo que algumas mudanças são realizadas. No entanto, mantém-se um fluxo característico de Olinda (CALVINO, 1990: 119-120). Com a expansão da cidade, instituições como o manicômio e a prisão, em outros tempos expurgadas do espaço da cidade, são absorvidas em seu tecido, forçando a convivência. As fronteiras entre uns e outros, outrora bem delineadas, são borradas na atualidade, em que todos se encontram integrados em rede, ao mesmo tempo que persiste a lógica de empurrar para as margens aqueles tomados como detritos sociais. Sob os imperativos de circular e temer na cidade contemporânea, há uma multi-funcionalização dos espaços como uma tentativa de sustentar uma autonomia em relação ao espaço exterior, incontrolável, além de tentar otimizar o tempo gasto nos deslocamentos (MIZOGUCHI, 2009).

Frente à incitação ao movimento, à velocidade, onde e como podemos produzir paradas, encontros na direção da construção do comum? Costa, Mizoguchi e Fonseca (2004) apontam que as praças e parques podem se configurar como lugares de freio, potencializando o *com-viver*. No entanto, circunscrever os encontros a alguns lugares da cidade invisibiliza a produção deles acontecendo nas fronteiras, nas rupturas e continuidades das passagens, que não cessam de acontecer no espaço urbano. Sendo assim, precisamos nos lançar a acompanhar o movimento de como a psicologia tem se produzindo no encontro com as políticas de Estado, não perdendo de vista seu desafio de se fazer enquanto política pública.

A psicologia entre políticas do território brasileiro

A psicologia torna-se profissão no Brasil em um cenário marcado pela tomada do governo pelos militares em 1964, por meio de um Golpe de Estado. As práticas em psicologia produzidas/reproduzidas com esse modo de governar traziam a marca de leituras intimistas e familiaristas. As figuras do jovem drogado e subversivo emergem como problemáticas, ao colocarem “em análise a ênfase dada ao espaço privado, ao modelo de família sadia e estruturada e seus sonhos de ascensão social, à rua vista como lugar do perigo, à desqualificação e esvaziamento dos espaços públicos” (COIMBRA E LEITÃO, 2003: 13). Essa demanda produzia saberes e práticas a fim de amenizar a crise e os conflitos desses sujeitos, bem como afastava a psicologia das produções políticas dos modos de subjetivação constituídos neste momento histórico.

Com o término da ditadura, inicia-se um processo de democratização do país, e adentramos em um período de reformas políticas e econômicas. Embora as mudanças ao nível do Estado tenham ocorrido de forma gradual nesse período, a forte politização dos movimentos sociais, como força de resistência ao regime autocrático burguês existente, era bastante significativa. Os conselhos, sindicatos e sociedades adquirem força enquanto modos de organização de diferentes categorias profissionais, inclusive da psicologia. Com o término do regime militar, o Estado Brasileiro adentra um período de reformas políticas e econômicas, marcado por privatizações e uma busca de poucas intervenções estatais, culminando na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Nesta, a Saúde torna-se direito do cidadão e dever do Estado, saindo de uma perspectiva individualizante e ancorada na presença/ausência de

doença, passando a pensar em medidas coletivas no enfrentamento às condições da produção de saúde, o que indica efeitos do movimento sanitarista. Saindo do espaço da clínica médica, a saúde ganha o campo da política, vai para as ruas, casas, bairros, cidades, territórios...

Já no contexto da Saúde Mental, as críticas aos modelos de tratamento e às instituições psiquiátricas do italiano Franco Basaglia, na segunda metade do século XX, começam a incidir nos modos de atenção à temática no Brasil. A Reforma Psiquiátrica, movimento de usuários, seus familiares e trabalhadores da saúde mental, inicia-se no final da década de 1970, buscando desenvolver uma rede de serviços substitutivos à lógica hospitalocêntrica. Este movimento se alia à Luta Antimanicomial, calcada na defesa dos Direitos Humanos e no resgate da cidadania. Em meados dos anos 1980, são criados os primeiros Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Núcleos de Atenção Psicossocial. Em 2001, com a Lei Federal 10.126, o modelo de atenção a estes usuários passa a ter como diretriz a territorialidade, buscando romper com a lógica de longa institucionalização dos portadores de sofrimento psíquico, enfatizando a dimensão de proteção e dos direitos desses usuários, buscando potencializar a reinserção social.

O psicólogo conquista seu lugar como um técnico de nível superior que obrigatoriamente deve compor a equipe dos CAPS (BRASIL, 2002). No contexto da saúde mental, a psicologia é inicialmente convocada a responder a partir de seu lugar instituído, o de uma lógica clínica dos consultórios, com as psicoterapias e orientações psicológicas que, naquele momento, podiam ser consideradas inovações ao modo de atender em Saúde Mental. Em 2011, com a publicação do Decreto 7.508 (BRASIL, 2011), o trabalho em rede institui-se como diretriz para a Atenção Psicossocial. Desse modo, ações e serviços em atenção psicossocial são necessários para a composição de uma Região de Saúde (RAS).

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990B) acentua o caráter *em desenvolvimento* da população de zero a dezoito anos, além de colocá-la na condição de sujeito de direitos. A criança e adolescente, na condição de alvos da política pública brasileira, tinham sustentação legal de 1927 a 1990 no Código de Menores (BRASIL, 1979), em que as especialidades (educação, medicina, psicologia, entre outras) estavam a serviço do poder jurídico para dar conta da questão social que se configurava naquele momento histórico. Nesse modo de operar do Estado, a criança e o adolescente que se encontravam em “situação irregular” por apresentar alguma “carência” e/ou periculosidade eram internados em complexos de atendimento afastados dos grandes centros urbanos, contendo escola, quadra esportiva, piscina, núcleo

profissionalizante, de modo que, em nome da proteção social, ações higienistas e de assistência aos “menores” eram conjugadas (COELHO, TAVARES e CARMO, 2012). O ECA introduz uma diferença a partir de uma lógica calcada na Proteção Integral a este sujeito, criança e adolescente, que se encontra em uma condição que exige atenção diferenciada (ARANTES, 2004). Desse modo, torna-se possível visualizar como o saber se constitui como exercício de poder, pois esta condição de desenvolvimento da criança se torna possível pela sustentação do saber psicológico.

Por fim, outro eixo que expressa a institucionalização da psicologia dentro das políticas de Estado é o da questão social por meio da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004). Na esteira do movimento de reabertura democrática, a assistência social torna-se uma política de Estado, deixando de estar ligada à caridade, benesses, religiosidade e primeiro-damismo, e passando a integrar o campo da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social (BRASIL, 1993). Assim, os diversos programas voltados a crianças e adolescentes, às mulheres, aos idosos, além das atividades vinculadas ao serviço judiciário são integradas com a estruturação do Sistema Único de Assistência Social, rompendo com uma lógica de atendimentos focalizados, seletivos e segmentados da questão social (YAMAMOTO e OLIVEIRA, 2010). O/a psicólogo/a foi convocado/a a integrar as equipes dos diferentes níveis de Proteção Social (Básica e Especial), atuando nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), em Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) e demais estabelecimentos. Ao mesmo tempo que a psicologia é convocada a assumir um lugar dentro das estratégias de controle objetivadas pelas políticas de Estado, com seus mais diferentes procedimentos de individualização das questões sociais, ela pode produzir vida. Nessa direção, é necessário que o/a psicólogo/a esteja atento/a ao que lhe é demandado na direção de produzir uma política efetivamente pública.

Face a essas novas problemáticas colocadas para a psicologia, outros modos de trabalhar e concepções vão sendo inventadas e conquistando espaço na produção de conhecimento psicológico. A clínica se amplia, emergem práticas como acompanhamento terapêutico (LANCETTI, 2011; PALOMBINI, 2009), visita domiciliar (SCARPARO, POLI, 2009; PIETROLUONGO, RESENDE, 2007), Acompanhamento Juvenil (BOCCO, LAZZAROTO, 2004; LAZZAROTO, BECKER, DUTRA, 2014), oficinas terapêuticas (DIEHL, 2011; ARALDI, LINHARES, FRANCO, TSCHIEDEL, 2011), trabalho em equipe interdisciplinar (PEDUZZI, 2001; ALMEIDA FILHO, 2000), intersetorialidade (CRUZ, RODRIGUES, GUARESCHI,

2013), redução de danos (ERWIG, 2004; CONTE, 2008), apoio matricial (CAMPOS e DOMITTI, 2007; DIMENSTEIN, 2009), entre outras.

Essas práticas vão ao encontro de um trabalho que se faz em rede, seja no âmbito das redes afetivo-efetivas, seja nas redes compostas pelas mais diferentes políticas públicas. Acompanhar, visitar, oficinas e compor redes já diriam de um modo de escutar e acolher as intenCidades que nos produzem? Ao sair da fixidez do *setting*, o/a psicólogo/a produz sua prática entre intensidades territoriais, acolhendo os barulhos, sons, cheiros, luzes, imagens que ocupam o traçado do movimento cidadão. Isto é, acolhendo e compondo com as expressões que vão invadindo salas e corredores, endereços e ruas, produzindo fissuras nas instituídas binarizações eu-outro, dentro-fora, privado-público.

IntenCidades: aberturas possíveis

Com Andrea, pudemos acompanhar uma construção outra de territorialidades sem nos fixarmos nos procedimentos de fixação das divisões territoriais das políticas de Estado. Tensionando os limites prescritos e proscritos do território delineados pelas políticas de Estado na direção de sustentar uma psicologia acontecimentalizada pelas políticas efetivamente públicas, podemos apostar na possibilidade de diferir que se faz por meio da amplificação de intenCidades. Andrea pode experimentar passagens e vibrações nas intensidades dos movimentos que constituem territórios e desterritorializações nos modos de viver cidadãos. Para Deleuze e Guattari (1997), é a partir de um conjunto de matérias de expressão que se traça este território, um lugar de passagem formado por elementos heterogêneos que vão tomando consistência. As qualidades expressivas ou matérias de expressão entram em relações móveis umas com as outras e, assim, vão exprimir os motivos territoriais e as paisagens territoriais. As matérias de expressão são apropriativas e, embora não pertençam a um sujeito, desenham um território que pertencerá ao sujeito que as traz consigo ou que as produz. São assinaturas que não indicam pessoas, mas a formação aleatória de um domínio e a criação de um estilo (DELEUZE e GUATTARI, 1997: 123).

Nesse sentido, acompanhar a usuária nos fornece pistas para um trabalho psi a fim de potencializar as conexões, produzindo multiplicidades e diferenças nos modos de habitar a vida na sua intenCidade. Apostar na intenCidade a fim de manter viva a possibilidade de outrar,

através da cidade, território marcado por disputas que transversaliza a dimensão do público e do privado, já que as janelas, vidros e cortinas jogam com a porosidade entre o dentro e o fora, colocando em contato com aquilo que é designado exterior, que acontece lá fora e que produz efeitos em nós. IntenCidades que se produzem no encontros, no entre os corpos, possibilitando uma abertura ao campo das multiplicidades, afeito aos movimentos de expansão da vida para além das delimitações territoriais que nos governam.

É esta habitação do trânsito que vem produzindo um trabalho psi entre a política de Estado, a política de governo e a política pública; o público e o privado; o singular e coletivo. É no esfumaçamento dessas fronteiras que podemos acompanhar a cidade, seus barulhos e ruídos, sua intenCidade produzindo-se no comum, no pulsar da vida. Sustentar movimentos de produção da parada e do encontro, rompendo com a aceleração à qual os avanços do capital tem nos submetido. Afetar e ser afetado, acompanhar passagens e abrir passagens, movimentos que podem ser realizados através de estratégias cartográficas (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2010), as quais atentam às conexões, aos heterogêneos e às multiplicidades na produção de pesquisas e intervenções (AMADOR, LAZZAROTTO, SANTOS, 2015).

Não mais fazer *sobre* os sujeitos, mas fazer *com*, construindo outros modos de viver na direção de modificar aquilo que amputa o movimento de criação do viver. Como uma pista para o/no trabalho do psicólogo, a intenCidade visa amplificar os modos singulares de experimentar a cidade, um espaço comum partilhado de diferentes modos, que extrapole a univocidade de um “caso” na direção a sua multiplicidade. Encontramos essa pista com Ítalo Calvino (1990), que extrai de uma cidade tantas outras, convocando o olhar à multiplicidade que uma cidade comporta e que oferece aos que nela se aventuram, seja como habitantes, passageiros, cidadãos, e/ou viajantes.

Referências

- ALMEIDA FILHO, Naomar de. Intersetorialidade, transdisciplinaridade e saúde coletiva: atualizando um debate em aberto. *Revista de Administração Pública* 34(b):11-34, 2000.
- AMADOR, F. S.; LAZZAROTTO, G. D. R.; SANTOS, N. I. S. Pesquisar-Agir, Pesquisar-Intervir, Pesquisar-Interferir. *Polis e Psique*, v. 5, p. 228-248, 2015.

- ARALDI, Etiane, LINHARES, Daiana, FRANCO, Marina da C., TSCHIEDEL, Rosemarie Gardner. Oficinas Linguagens da Cidadania. In: MARASCHIN, C.; FRANCISCO, D. J.; DIEHL, R. *Oficinando em rede: oficinas, tecnologia e saúde mental*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.
- ARANTES, Esther Maria de M. De “criança infeliz” a “menor irregular” - vicissitudes na arte de governar a infância. *Mnemosine*, Vol. 1, p.162-164, 2004.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos. Politizar. In: Fonseca, Tania Mara Galli. Nascimento, Maria Lívia do. Maraschin, Cleci. *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos. *A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades*. São Paulo: Summus, 1999.
- BARROS, Maria Elisabeth Barros de, PIMENTEL, Ellen Horato do Carmo. Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. *Polis e Psiquê*. v. 2. n. 2, p. 3-22, 2012.
- BEZERRA, Martha Priscila; BARCELLOS Christovam. O território no Programa de Saúde da Família. *Hygeia, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde* 2(2):47-55, jun 2006.
- BOCCO, Fernanda, LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini. (Infr)Atores: artesãos em análise. *Psicologia & Sociedade*. vol. 16, n.2, pp. 37-46, 2004.
- BRASIL. Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011. *Regulamenta a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências*.
- _____. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior Resolução n.5, de 15 de março de 2011. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia*. Publicada no Diário Oficial da União n.51, de 16 de março de 2011, p. 19-21.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n.8, de 7 de maio de 2004. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia*. Publicada no Diário Oficial da União, de 18 de maio de 2004, Seção 1, p. 16-17.
- _____. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. *Estabelece as diferentes modalidades de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)*. Brasília, 2002.
- _____. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. *Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*. Brasília: Diário Oficial da República Federativa da União.

- _____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da República Federativa da União, 1990a.
- _____. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da República Federativa da União, 1990b.
- _____. Lei nº 8.472, de 7 de dezembro de 1993. *Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da República Federativa da União.
- _____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da República Federativa da União.
- _____. (1988). *Constituição 1988. Dispõe sobre a Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Diário Oficial da República Federativa da União.
- _____. Lei 6.697 de 10 de outubro de 1979. *Institui o Código de Menores*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697impresao.htm Acesso em 04.04.2014.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CANGUILHEM, Georges. Meio e normas do homem no trabalho. *Pro-posições*. Vol.12, n.2-3: 35-36, 2001.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 399-407, Feb. 2007.
- COELHO, Denise Carla Goldner, TAVARES, Gilead Marchezi, CARMO, Janice do. Acolhimento institucional no município de Serra (ES): desconstruindo vilões e mocinhos. *SER Social*, v. 14, n. 31, p. 375-395, 2012.
- COIMBRA, Cecília; LEITAO, Maria Beatriz Sá. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 6-17, Dec. 2003.
- CONTE, Marta. Psicanálise e Redução de Danos nas Políticas Públicas. *Revista de Estudos Criminais*, v. VIII, p. 71-80, 2008.
- COSTA, Luis Arthur, MIZOGUCHI, Danichi Hausen, FONSECA, Tania Mara Galli. Corpoartecidade:(inten)cidades dos corpos urbanos. In: FONSECA, T. M. G., ENGELMAN, S. (orgs.). *Corpo, arte e clínica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- CRUZ, L.R.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. F. (orgs.) *Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social* [recurso eletrônico] Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 161-175.

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 4. Rio de Janeiro, Editora 34, 1997.
- DIEHL, Rafael. Metodologia para superfícies e operatividades. In: MARASCHIN, C., FRANCISCO, D. J.; DIEHL, R. *Oficinando em rede: oficinas, tecnologia e saúde mental*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.
- DIMENSTEIN, Magda et al. O apoio matricial em Unidades de Saúde da Família: experimentando inovações em Saúde Mental. *Saúde Sociedade*. V. 18, n. 1, p.63-74. São Paulo, 2009.
- ERWIG, Luísa Regina. O redutor de danos como um agente social. Uma possibilidade de inclusão? In: NASCIMENTO, Célia A. Trevisi do; LAZZAROTTO, Gislei D. Romanzini; HOENISCH, Júlio César D.; SILVA, Maria Cristina Carvalho da; MATOS, Rosângela da Luz. *Psicologia e políticas públicas: experiências em saúde pública*. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia 7 Região, 2004.
- FERREIRA NETO, João Leite. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. *Revista Departamento de Psicologia UFF*; 16(1):111-120, jan-jul, 2004.
- FOUCAULT, Michel. Foucault. Em: Foucault, M. *Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. O que são as luzes?. Em: Foucault, M. *Ditos e Escritos II- Arqueologia das Ciências e História dos Sistema de Pensamento*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2005. p.335-351.
- _____. Mesa-redonda de 20 de maio de 1978. Em: Foucault, M. *Ditos e Escritos IV – Estratégia Poder-Saber*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2003: p. 335-354.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L., RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, P. 231-249, 1995.
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. Os Intelectuais e o Poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade. In: JEUDY, H. P., JACQUES, P. B. (orgs.) *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2006.
- HAESBAERT, Rogerio. DA DESTERRITORIALIZAÇÃO À MULTITERRITORIALIDADE Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, p.6774-6792
- HAESBAERT, Rogerio. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LANCETTI, Antônio. *Clinica Peripatética*. São Paulo: Hucitec, 2011.

- LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini; CARVALHO, Júlia Dutra de; BECKER, Julia Lângaro. Acompanhando micropolíticas juvenis: estratégias clínico-institucionais. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 25, n. spe2, p. 55-64, 2013 .
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*; tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. - São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- MIZOGUCHI, Danichi Hausen. *Segmentariedades: passagens do Leme ao Pontal*. São Paulo: Plêiade, 2009.
- NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21 – n. 1, p. 69-86, Jan./Abr 2009.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- PALOMBINI, Analice de Lima. *Acompanhamento terapêutico na rede pública: a clínica em movimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- PALOMBINI, Analice de Lima. Utópicas cidades de nossas andanças: *flânerie* e amizade no acompanhamento terapêutico. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2009.
- PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. *Rev Saúde Pública*. 35(1):103-109, 2001.
- PEREIRA, Tatiana Dahmer. Política Nacional de Assistência Social e território: enigmas do caminho. *Rev. katálysis*, Florianópolis , v. 13, n. 2, p. 191-200, 2010 .
- PIETROLUONGO, Ana Paula da Cunha; RESENDE, Tania Inessa Martins de. Visita domiciliar em saúde mental: o papel do psicólogo em questão. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 27, n. 1, p. 22-31, Mar. 2007 .
- RODRIGUES, Ana Cabral; BAPTISTA, Luis Antônio dos Santos. Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade. *Psicol. Soc.*, Florianópolis , v. 22, n. 3, p. 422-429, Dec. 2010
- SCARPARO, Maria de Lourdes de; POLI, Maria Cristina. Saúde mental na assistência social: dispositivos clínicos. *Boletim da Saúde – Escola de Saúde Pública / Secretaria de Saúde do RS*, v. 23, p. 73-82, 2009.
- YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (spe), 9-24, 2010.
- ZANELLA, Andrea Vieira. *Perguntar, Registrar, Escrever – Inquietações Metodológicas*. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2013.

Willian Mella Giroto. Psicólogo (UFRGS). Mestre em Psicologia Social e Institucional junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da UFRGS.
E-mail:: williangiroto@gmail.com.

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto. Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Coordenadora do Grupo de Extensão Estação PSI.
E-mail: gislei.ufrgs@gmail.com.

¹ Conforme artigo 4, a formação em Psicologia deve habilitar o profissional para o exercício na “Atenção à saúde”, devendo estar apto a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo.

² Michel Foucault (1987) apresenta detalhado estudo a respeito do mecanismo disciplinar na obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, considerando a emergência do panóptico de Jeremy Bentham e sua detalhada arquitetura de vigilância prisional. O dispositivo disciplinar diz respeito ao exercício de uma tecnologia de poder própria para atender as demandas de vigilância e correção ligadas ao funcionamento institucional da sociedade moderna.